

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-888

**COLABORAÇÃO DE OM DO DCTA EM
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
E CURSOS DE EXTENSÃO DO ITA**

2024

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-888

**COLABORAÇÃO DE OM DO DCTA EM
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
E CURSOS DE EXTENSÃO DO ITA**

2024



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PORTARIA DCTA Nº 209/DCE, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024.

Aprova a edição da Instrução que trata da colaboração de OM do DCTA em Programas de Pós-Graduação e Cursos de Extensão do ITA.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria GABAER nº 411/GC3, de 25 de novembro de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 67700.014801/2023-31, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 37-888 “Colaboração de OM do DCTA em Programas de Pós-Graduação e Cursos de Extensão do ITA”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de março de 2024.

Art. 3º Revoga-se a portaria DCTA nº 48/DCA de 18 de outubro de 2021, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 194, de 21 de outubro de 2021.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Diretor-Geral do DCTA

(Publicado no BCA nº XXX, de XX de XXXXXXXX de 2024)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	7
1.3 <u>ÂMBITO</u>	8
2 ABRANGÊNCIA	9
2.1 <u>TIPOS DE COLABORAÇÃO</u>	9
3 APOIO PONTUAL A PROGRAMA OU CURSO DO ITA	10
3.1 <u>FORMAS DE APOIO</u>	10
3.2 <u>SOLICITAÇÃO DE APOIO</u>	10
4 CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO OU EXTENSÃO EM COLABORAÇÃO	11
4.1 <u>MODALIDADE E PARTICIPANTES</u>	11
4.2 <u>PLANO PEDAGÓGICO</u>	11
4.3 <u>OBRIGACÕES E RESPONSABILIDADES</u>	11
5 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO	12
5.1 <u>INSTITUIÇÕES PARCEIRAS</u>	12
5.2 <u>ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA</u>	12
5.3 <u>REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS</u>	12
5.4 <u>OBRIGACÕES E RESPONSABILIDADES</u>	13
6 DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E DIREITOS DE PROPRIEDADE	15
6.1 <u>DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO</u>	15
6.2 <u>DIREITOS DE PROPRIEDADE</u>	15
7 DISPOSIÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	17

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer normas gerais para a colaboração entre o ITA e demais Organizações Militares (OM) do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), visando a implantação, a operacionalização e o fortalecimento de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e de Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, de qualidade e excelência, em áreas de interesse do campo Aeroespacial e do Comando da Aeronáutica (COMAER).

1.2 CONCEITUAÇÃO

1.2.1 CONSELHO DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (CPPG)

Fórum subordinado ao Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa (CPG) para tratar de questões concernentes ao Programa de Pós-Graduação, constituído pelo Coordenador do respectivo Programa, pelos seus Representantes de Área e por um representante discente. As decisões do CPPG são submetidas à homologação do CPG do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

1.2.2 CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (CPG)

Fórum de decisão em última instância da Pró-Reitoria de Pós-Graduação do ITA para tratar de questões concernentes à pós-graduação e pesquisa.

1.2.3 CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

Curso em nível de pós-graduação, ofertado por Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), com duração mínima de 180 (cento e oitenta) horas-aula e emissão de certificado para os concluintes.

1.2.4 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Curso em nível de pós-graduação regulado por resolução do Conselho Nacional de Educação, ofertado por IES reconhecida pelo MEC, com duração mínima de 360 horas-aula, exigência de apresentação de trabalho de conclusão de curso e emissão de certificado para os concluintes.

1.2.5 CURSO DE EXTENSÃO

Curso extracurricular com duração mínima de 30 (trinta) horas-aulas para aprofundamento em tema específico, com possibilidade de emissão de certificado para os concluintes.

1.2.6 INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) ou IES que participa de um Programa de Pós-Graduação por Associação.

1.2.7 PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO

Documento descrevendo a proposta pedagógica de Curso de Especialização, Aperfeiçoamento ou Extensão, incluindo conteúdo programático, ementas de disciplinas, corpo docente, entre outras informações.

1.2.8 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO

Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* realizado por meio do compartilhamento de responsabilidades e cooperação entre IES ou ICT, nacionais ou estrangeiras. Caracteriza-se por compartilhar responsabilidades, infraestrutura e docentes. Possui Regulamento Interno aprovado nas instâncias deliberativas de todas as instituições envolvidas no Programa.

1.2.9 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Estrutura básica de pós-graduação constituída por cursos de doutorado e mestrado, acadêmicos ou profissionais, áreas de concentração e linhas de pesquisa, reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1.2.10 REGULAMENTO INTERNO DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Conjunto de regras específicas de um Programa de Pós-Graduação, complementares às Normas Reguladoras dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* do ITA. O Regulamento Interno de um Programa de Pós-Graduação deve ser proposto pelo CPPG e aprovado pelo CPG.

1.3 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se ao DCTA e OM subordinadas.

2 ABRANGÊNCIA

2.1 TIPOS DE COLABORAÇÃO

Esta Instrução trata dos seguintes tipos de colaboração entre o ITA e demais Organizações Militares (OM) do DCTA:

- a) apoio pontual de uma OM do DCTA a um Programa de Pós-Graduação ou Curso Especialização, Aperfeiçoamento ou Extensão ofertado pelo ITA;
- b) Curso de Especialização, Aperfeiçoamento ou Extensão ofertado pelo ITA, em colaboração com OM do DCTA; e
- c) Programa de Pós-Graduação por Associação tendo o ITA e OM do DCTA como Instituições Parceiras.

3 APOIO PONTUAL A PROGRAMA OU CURSO DO ITA

3.1 FORMAS DE APOIO

O apoio pontual de OM do DCTA a Programas de Pós-Graduação ou Curso de Especialização, Aperfeiçoamento ou Extensão do ITA pode ocorrer por meio de:

- a) participação de servidores e militares dos quadros funcionais da OM como docentes de Programa ou Curso do ITA;
- b) alocação de infraestrutura, recursos físicos e/ou materiais da OM a serem utilizados em atividades de ensino, técnicas e científicas do Programa ou Curso do ITA; e
- c) as OM demandadas devem avaliar a pertinência da solicitação e justificar sua participação ou não com respeito a suas missões institucionais.

3.2 SOLICITAÇÃO DE APOIO

3.2.1 A solicitação de apoio a Programa ou Curso do ITA deve ser encaminhada pelo Reitor do ITA ao Dirigente da OM, por proposta do Coordenador do Programa ou Curso.

3.2.2 A solicitação deve especificar o apoio pretendido, sua duração, justificativa e Programa ou Curso ao qual se destina.

4 CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO OU EXTENSÃO EM COLABORAÇÃO

4.1 MODALIDADE E PARTICIPANTES

4.1.1 Os Cursos em colaboração são ofertados pelo ITA, com participação das OM do DCTA, podendo ser nas modalidades de Especialização, Aperfeiçoamento ou Extensão.

4.1.2 O ITA é a instituição responsável pela oferta do Curso, registro acadêmico e emissão de certificados.

4.1.3 As OM do DCTA participam do Curso em colaboração por meio da disponibilização de pessoal para atuação como docentes e de infraestrutura de apoio para atividades acadêmicas vinculadas ao Curso.

4.2 PLANO PEDAGÓGICO

4.2.1 O Plano Pedagógico de um Curso de Especialização, Aperfeiçoamento ou Extensão em colaboração deve ser acordado entre o ITA e a OM participante, e aprovado de acordo com as normas de cada Organização.

4.2.2 O Plano Pedagógico de um Curso de Especialização, Aperfeiçoamento ou Extensão em colaboração deve ter a anuência do DCTA, quando o seu escopo envolver projetos de C,T&I monitorados pelo Subdepartamento Técnico (SDT) do DCTA.

4.3 OBRIGACÕES E RESPONSABILIDADES

4.3.1 Compete ao ITA, observadas as suas disponibilidades e as disposições legais aplicáveis:

- a) por meio da Divisão de Educação Continuada, planejar, dirigir, supervisionar e coordenar as atividades do Curso em colaboração;
- b) prover recursos humanos, físicos e financeiros para as atividades de admissão de alunos, manutenção de registro escolar e emissão de certificados; e
- c) definir e solicitar às OM participantes as informações necessárias para planejamento, execução, controle e prestação de contas das atividades relacionadas ao Curso.

4.3.2 Compete às OM do DCTA, observadas as suas disponibilidades e as disposições legais aplicáveis:

- a) disponibilizar servidores e militares para atuarem como docentes e orientadores de trabalho de conclusão conforme o Plano Pedagógico do Curso; e
- b) apoiar, com recursos humanos, físicos e materiais, as atividades do Curso no âmbito interno.

5 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO

5.1 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

5.1.1 Quando todas as Instituições Parceiras forem do DCTA, o ITA é a IES principal, coordenadora do Programa, sendo responsável pelo registro acadêmico e emissão de diplomas.

5.1.2 As demais Instituições Parceiras do DCTA participam do Programa de Pós-Graduação por Associação, por meio da disponibilização de pessoal para atuação como docentes e de infraestrutura de apoio para atividades acadêmicas vinculadas ao Programa.

5.1.3 Quando o Programa de Pós-Graduação por Associação envolver Instituições Parceiras externas ao DCTA, os procedimentos, responsabilidades e participação devem ser discutidos caso a caso e aprovados pelas instâncias superiores de cada Instituição Parceira.

5.1.4 O Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Espaciais (PG-CTE) é um Programa de Pós-Graduação por Associação aprovado pela CAPES do qual participam as seguintes Instituições Parceiras:

- a) o ITA, como IES principal;
- b) o IAE, como ICT colaboradora; e
- c) o IEAv, como ICT colaboradora.

5.2 ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

5.2.1 As áreas de concentração e linhas de pesquisa de um Programa de Pós-Graduação por Associação devem estar claramente associadas aos Planos de Desenvolvimento Institucionais das Instituições Parceiras e às necessidades de capacitação de recursos humanos em áreas de interesse das Instituições Parceiras.

5.2.2 Os Programas de Pós-Graduação por Associação devem possuir um Regulamento Interno, detalhando as responsabilidades, os procedimentos e a organização entre as Instituições Parceiras, conforme normas e regulamentos da CAPES e respeitando a ICA 37-356 - Normas Reguladoras para os Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do ITA.

5.3 REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS

5.3.1 Para a coordenação da execução das ações relacionadas ao Programa de Pós-Graduação por Associação cada Instituição Parceira deve indicar um Representante Institucional.

5.3.2 Os Representantes Institucionais têm como atribuições participar da gestão do Programa de Pós-Graduação por Associação, conforme definido no Regulamento Interno, e apoiar os respectivos Coordenador do Programa e os Representantes de Área no que diz respeito à participação e às responsabilidades das OM, incluindo, mas não se limitando a:

- a) apoiar o estabelecimento de políticas e diretrizes para uso de recursos institucionais, incluindo salas de aula, laboratórios e equipamentos, para apoio às Coordenações dos Programas;
- b) apoiar as atividades de pós-graduação e técnico-administrativas relacionadas à gestão do programa e do corpo docente da Instituição Parceira; e

- c) apoiar o desenvolvimento e submissão de propostas de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que visem o fomento das atividades relacionadas ao Programa de Pós-Graduação por Associação.

5.3.3 O Representante Institucional deve:

- a) ter vínculo funcional com a Instituição Parceira que representa; e
- b) ser credenciado como docente permanente no Programa de Pós-Graduação por Associação.

5.4 OBRIGACÕES E RESPONSABILIDADES

5.4.1 São obrigações comuns ao ITA e às Instituições Parceiras, observadas as suas disponibilidades e as disposições legais aplicáveis:

- a) definir e ajustar as diretrizes e os procedimentos necessários à realização das atividades pertinentes ao Programa de Pós-Graduação por Associação;
- b) planejar e alocar recursos humanos, físicos e materiais que se fizerem indispensáveis à boa execução das atividades de ensino, técnicas e científicas do Programa de Pós-Graduação por Associação, incluindo: salas de aula, salas de alunos, de professores visitantes e de colaboradores, laboratórios, equipamentos e mão de obra de servidores de nível técnico; e
- c) estimular a adoção dos valores acadêmicos do ITA, principalmente aqueles relacionados à Disciplina Consciente, e dos valores e políticas de uso de infraestrutura das Instituições Parceiras.

5.4.2 Compete ao ITA, observadas as suas disponibilidades e as disposições legais aplicáveis:

- a) por meio da Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, planejar, dirigir, supervisionar e coordenar as atividades de pós-graduação *stricto sensu*, gestão do corpo docente permanente e colaborador, bem como dos pesquisadores colaboradores;
- b) definir e solicitar às Instituições Parceiras as informações necessárias para planejamento, execução, controle e prestação de contas das atividades de pós-graduação e pesquisa associadas ao Programa de Pós-Graduação por Associação, para atender demandas regulares de órgãos de fomento e de regulação das atividades de educação de nível superior;
- c) solicitar às Instituições Parceiras apoio, de recursos físicos e humanos, para execução de atividades de Pós-Graduação, tais como ensino de disciplinas, orientação de trabalho acadêmico, participação em banca de defesa de dissertação ou de tese, participação em projeto de pesquisa;
- d) prover os recursos humanos, físicos e financeiros para as atividades de registro escolar, atendimento aos alunos, admissão de alunos, manutenção de registro escolar e titulação de alunos;
- e) gerenciar e realizar eventos previstos no Calendário da Pós-Graduação do ITA, tais como cerimônia de colação de grau e evento de recepção de novos alunos de pós-graduação;
- f) assegurar, na medida do possível, que docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação por Associação, independentemente do Instituto de origem,

recebam o apoio administrativo necessário para realizar suas atividades acadêmicas e administrativas;

- g) assegurar que as avaliações dos discentes do Programa de Pós-Graduação por Associação, para fins de concessão de bolsas e recursos CAPES, sejam feitas utilizando critério de mérito acadêmico independentemente do Instituto de origem de seus orientadores; e
- h) reconhecer a participação efetiva de docentes das Instituições Parceiras nas atividades administrativas e de ensino do Programa de Pós-Graduação por Associação.

5.4.3 Compete às Instituições Parceiras, de forma conjunta ou individual, observadas as suas disponibilidades e as disposições legais aplicáveis:

- a) manter em sua estrutura organizacional um setor com a competência de gerir os assuntos relacionados às atividades acadêmicas do Programa de Pós-Graduação por Associação, além de outras pertinentes ao macroprocesso de ensino;
- b) enviaar todos os esforços para garantir a agilidade da operacionalização do Programa de Pós-Graduação por Associação no âmbito interno;
- c) disponibilizar servidores e militares para atuarem como orientadores de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado e docentes de disciplinas de interesse do Programa de Pós-Graduação por Associação em áreas de conhecimento de competência de cada Instituição Parceira;
- d) disponibilizar, mediante solicitação do ITA, servidores e militares para atuarem como docentes de disciplinas de interesse de Cursos de Graduação e como orientadores de Trabalho de Graduação e de Iniciação Científica, na medida em que essa participação se reflita na avaliação e excelência do Programa de Pós-Graduação por Associação, e contribua para o cumprimento das missões das OM e do DCTA;
- e) disponibilizar e manter atualizadas junto ao ITA as informações necessárias às avaliações do Programa pela CAPES, em particular informações de produção bibliográfica, tais como publicação de artigos em periódicos e anais de conferências, patentes, e de projetos de pesquisa com financiamento, em andamento ou concluídos, que tenham relação com o Programa de Pós-graduação por Associação;
- f) dispor de normas e procedimentos próprios para avaliar a carga horária do seu efetivo dedicada ao Programa de Pós-Graduação por Associação e assegurar que os servidores e militares que atuam como docentes no Programa de Pós-Graduação por Associação e em Cursos de Graduação cumpram suas obrigações acadêmicas e administrativas relacionadas ao ITA, conforme as normas, instruções de funcionamento e resoluções do ITA, especialmente no que concerne os prazos estabelecidos em calendários do ITA; e
- g) apoiar, com recursos humanos, físicos e materiais, as atividades do Programa de Pós-Graduação por Associação no âmbito interno.

6 DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E DIREITOS DE PROPRIEDADE

6.1 DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

6.1.1 Os conhecimentos gerados no desenvolvimento de trabalhos de conclusão de Curso, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado dos Cursos e Programas tratados nesta Instrução poderão ser divulgados ao público em geral, inclusive por veículos de comunicação de massa, a menos que haja solicitação expressa do interessado, por meio dos mecanismos existentes no ITA para atribuição de grau de sigilo a teses e dissertações ou por restrições normativas dos Institutos envolvidos ou de instâncias superiores.

6.1.2 Os produtos e técnicas gerados no desenvolvimento de trabalhos de conclusão de Curso, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado dos Cursos e Programas tratados nesta Instrução poderão ser divulgados ao público em geral, a menos que haja previsão de necessidade de proteção intelectual.

6.2 DIREITOS DE PROPRIEDADE

6.2.1 Quando atividades ou projetos executados no âmbito dos Programas e Cursos tratados nesta Instrução favorecer criação protegida por direitos de propriedade intelectual, e dela possam decorrer ganhos econômicos com a exploração do seu resultado, deverá ser observado que tal produto se submeterá às diretrizes do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER) e do Núcleo de Gestão da Inovação (NGI) do DCTA.

6.2.2 Em caso de ausência de especificação quanto aos direitos de propriedade nos projetos executados, fica estabelecido que esses direitos passarão a ser propriedade conjunta das OM participantes do desenvolvimento, em partes iguais.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os Comandantes, Chefes e Diretores devem avaliar os impactos da realização das atividades acadêmicas dentro de suas organizações, conforme estabelecido nesta ICA, frente aos projetos e atividades de responsabilidade das OM.

7.2 Os casos não previstos nesta Instrução serão resolvidos mediante entendimento entre as OM envolvidas, de forma expressa, vedada a solução tácita, ficando eleito o Diretor-Geral do DCTA para dirimir as questões que não possam ser solucionadas administrativamente por entendimento direto entre as OM.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. Instrução que trata sobre as Normas Reguladoras para os Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Tecnológico de Aeronáutica. São José dos Campos. (ICA 37-356).

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. Instituto Tecnológico de Aeronáutica. *Instruções de Funcionamento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa do ITA*. São José dos Campos. (NPA-ITA 017B:2023).

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria CAPES nº 214, de 27 de outubro de 2017*. Dispõe sobre formas associativas de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Brasília.